



Simulado Final
TJ SP
Oficial de Justiça
Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ SP - Oficial de Justiça

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ SP (Oficial de Justiça);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SP-07-10>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA**Fabrizio Dutra**

Algumas das primeiras incursões pelos mundos paralelos ocorreram na década de 50 do século passado, graças ao trabalho de pesquisadores interessados em certos aspectos da mecânica quântica — teoria desenvolvida para explicar os fenômenos que ocorrem no reino microscópico dos átomos e das partículas subatômicas. A mecânica quântica quebrou o molde da mecânica clássica, que a antecedeu, ao firmar o conceito de que as previsões científicas são necessariamente probabilísticas. Podemos prever a probabilidade de alcançar determinado resultado ou outro, mas em geral não podemos prever qual deles acontecerá. Essa quebra de rumo com relação a centenas de anos de pensamento científico já é suficientemente chocante, mas há outro aspecto da teoria quântica que nos confunde ainda mais, embora desperte menos atenção. Depois de anos de criterioso estudo da mecânica quântica, e depois da acumulação de uma plethora de dados que confirmam suas previsões probabilísticas, ninguém até hoje soube explicar por que razão apenas uma das muitas resoluções possíveis de qualquer situação que se estude torna-se real. Quando fazemos experimentos, quando examinamos o mundo, todos estamos de acordo com o fato de que deparamos com uma realidade única e definida. Contudo, mais de um século depois do início da revolução quântica, não há consenso entre os físicos quanto à razão e à forma de compatibilizar esse fato básico com a expressão matemática da teoria.

Brian Greene. *A realidade oculta: universos paralelos e as leis profundas do cosmo*. José Viegas Jr. (Trad.) São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 15-16 (com adaptações).

01. Uma das mais intrigantes da mecânica quântica mencionada no texto:

- a) A falta de consenso sobre as previsões probabilísticas da teoria.
- b) A dificuldade em acumular dados que confirmem as previsões quânticas.
- c) A quebra de rumo com relação à mecânica clássica.
- d) A impossibilidade de prever resultados específicos em experimentos quânticos.
- e) A explicação clara da razão pela qual apenas uma resolução possível se torna real.

02. Sobre o texto acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) O texto aborda a mecânica quântica e seus desafios.
- b) Na década de 50 do século passado, pesquisadores começaram a explorar mundos paralelos graças à busca da aspectos sobre mecânica quântica.
- c) O que difere a teoria quântica da teoria mecânica clássica é que as previsões científicas são probabilísticas.
- d) Após décadas de estudo e confirmações das previsões quânticas, sabe-se por que apenas uma das resoluções possíveis de uma situação se torna real.
- e) Pode-se antecipar a probabilidade de obter um resultado específico, no entanto, geralmente não se é capaz de prever qual deles se concretizará.

03. Sobre os trechos abaixo, assinale aquele em que há incorreção gramatical quanto à concordância.

- a) A física quântica desafia nossa compreensão tradicional da realidade, revelando que as partículas subatômicas podem existir em múltiplos estados simultaneamente, um fenômeno conhecido como superposição.
- b) A Teoria da Relatividade de Albert Einstein, que inclui a famosa equação $E=mc^2$, revolucionou nossa compreensão do tempo, espaço e energia, demonstrando que eles estão interligados de maneira complexa.
- c) A Lei da Gravidade de Isaac Newton descreve a atração mútua entre objetos com massa e é fundamental para explicar o movimento dos planetas no sistema solar e a queda de objetos na Terra.
- d) A Terceira Lei de Newton, também conhecida como a Lei de Ação e Reação, afirma que para cada ação há uma reação igual e oposta, o que é essencial para entender como os objetos se movem e interagem no universo.
- e) A mecânica clássica, desenvolvida por cientistas como Galileu e Newton, fornecem estruturas sólidas para explicar o movimento de objetos macroscópicos, enquanto a mecânica quântica lida com o comportamento de partículas subatômicas em níveis muito pequenos.

04. Assinale a alternativa incorreta quanto ao emprego do acento grave indicativo de crase:

- a) Ela foi à sua escola para encontrar seu professor.
- b) O cientista apresentou os resultados à melhor comunidade acadêmica.
- c) O restaurante oferece um menu especial à noite.
- d) Ele estava ansioso para assistir à mesma palestra sobre astronomia.
- e) Os cientistas dedicaram-se à cada pesquisa intensiva durante meses.

05. Depois de anos de criterioso estudo da mecânica quântica, e depois da acumulação de uma plethora de dados que confirmam suas previsões probabilísticas, ninguém até hoje soube explicar por que razão apenas uma das muitas resoluções possíveis de qualquer situação que se estude torna-se real.

Sobre o texto acima, o termo pletora poderia ser substituído por:

- a) absurdo
- b) quantidade
- c) abuso
- d) plêiade
- e) abundância

06. Depois de anos de criterioso estudo da mecânica quântica, e depois da acumulação de uma pletora de dados que confirmam suas previsões probabilísticas, ninguém até hoje soube explicar por que razão apenas uma das muitas resoluções possíveis de qualquer situação que se estude torna-se real.

Sobre o texto acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) o termo 'quântica' é um adjetivo que não expressa opinião do autor.
- b) o termo 'que', após 'dados', é um pronome relativo.
- c) a expressão 'até hoje' poderia ser isolada por vírgulas.
- d) o termo 'por que' poderia ser reescrito corretamente da seguinte forma: 'porque'.
- e) na expressão 'por que razão', o termo 'razão' poderia ser suprimido, com manutenção da correção gramatical.

07. Quando fazemos experimentos, quando examinamos o mundo, todos estamos de acordo com o fato de que deparamos com uma realidade única e definida. Contudo, mais de um século depois do início da revolução quântica, não há consenso entre os físicos quanto à razão e à forma de compatibilizar esse fato básico com a expressão matemática da teoria.

Sobre o texto acima, assinale a função sintática do termo 'consenso':

- a) objeto direto
- b) sujeito
- c) objeto indireto
- d) predicativo
- e) adjunto adverbial

08. Quando fazemos experimentos, quando examinamos o mundo, todos estamos de acordo com o fato de que deparamos com uma realidade única e definida. Contudo, mais de um século depois do início da revolução quântica, não há consenso entre os físicos quanto à razão e à forma de compatibilizar esse fato básico com a expressão matemática da teoria.

Sobre o texto acima, a concordância do verbo 'estamos':

- a) correta, pois concorda em número e pessoa com o termo 'todos'.
- b) incorreta, o correto seria 'estão'.
- c) correta, pois concorda – por silepse – com a ideia expressa pelo termo 'todos'.
- d) incorreta, pois não se apresenta em conformidade a flexão de todos.
- e) incorreta, o correto seria 'está'.

09. Quando fazemos experimentos, quando examinamos o mundo, todos estamos de acordo com o fato de que deparamos com uma realidade única e definida. Contudo, mais de um século depois do início da revolução quântica, não há consenso entre os físicos quanto à razão e à forma de compatibilizar esse fato básico com a expressão matemática da teoria.

Os termos sublinhados poderiam ser substituídos por:

- a) Porém e existem
- b) Ademais e existe
- c) Não obstante e existe
- d) Mas e ocorre
- e) No entanto e tem

10. outro aspecto da teoria quântica que nos confunde ainda mais,

embora desperte menos atenção.

Assinale a alternativa em que o termo em destaque não pertence à mesma classe que o termo destacado acima:

- a) Ele tinha menos dinheiro do que imaginava.
- b) Nas últimas semanas, tenho dormido menos do que o habitual.
- c) Precisamos de menos tempo para completar a tarefa do que pensávamos.
- d) Nosso grupo teve menos participantes do que o esperado.
- e) Ultimamente, tenho tido menos tempo livre para me dedicar aos meus hobbies.

11. Assinale a alternativa que apresenta desvio à norma padrão no que tange ao emprego dos pronomes oblíquos átonos.

- a) Quando estudamos física, podemos aplicá-la em situações cotidianas, o que facilita nosso entendimento.
- b) A gravidade exerce uma influência constante sobre os objetos, atraindo-os para o centro da Terra.
- c) A mecânica quântica revela um mundo subatômico fascinante, que desafia nossa compreensão.
- d) Os físicos costumam utilizar equações complexas em seus cálculos, tornando-as mais desafiadoras.
- e) Se dedicarmos-nos à pesquisa em física de partículas, poderemos contribuir significativamente para o avanço da ciência.

12. Assinale a opção que apresenta o principal objetivo do historiador

da ciência, na perspectiva do texto acima.

- a) Examinar o funcionamento de uma máquina específica.
- b) Relatar acontecimentos relacionados ao avanço tecnológico.
- c) Reconhecer transformações sociais decorrentes do conhecimento científico.
- d) Experimentar diversas hipóteses e abordagens de estudo.
- e) adotar a ciência como técnica universal e impessoal.

13. Qual é a relação entre o conhecimento científico e o poder, de acordo com o texto?

- a) O conhecimento científico é impessoal e universal, independente do poder.
- b) A ciência busca criar modelos teóricos que geram poder para as sociedades.
- c) O poder é um pressuposto da práxis científica, conforme Francis Bacon.
- d) A ciência depende da aceitação de uma razão universal para funcionar.
- e) O conhecimento científico não está relacionado ao poder nas sociedades.

14. No trecho "Saber quem melhor se aproveitou dessa evolução, qual teria sido sua finalidade...", a palavra "teria" indica qual dos seguintes tempos verbais?

- a) Presente.
- b) Pretérito imperfeito.
- c) Futuro do pretérito.
- d) Pretérito perfeito.
- e) Futuro do presente.

15. No trecho "A ciência tem como pressuposto de sua práxis a utilização de modelos teóricos que obedeçam a determinados princípios, sem que isso implique a aceitação de uma razão universal e impessoal, à medida que os indivíduos inventam e constroem diversas racionalidades inerentes a cada sociedade e seus respectivos tipos de saberes.", a vírgula, após 'impessoal', foi usada para:

- a) Isolar uma oração coordenada
- b) Isolar uma oração subordinada deslocada
- c) Isolar uma oração subordinada na sua posição padrão de ordem direta.
- d) Isola uma oração explicativa
- e) Separar itens em uma enumeração.

16. No trecho "A ciência tem como pressuposto de sua práxis a utilização de modelos teóricos que obedeçam a determinados princípios, sem que isso implique a aceitação de uma razão universal e impessoal, à medida que os indivíduos inventam e constroem diversas racionalidades inerentes a cada sociedade e seus respectivos tipos de saberes."

O termo destacado:

- a) expressa proporcionalidade e poderia ser substituído por 'na medida em que'.
- b) expressa causa e poderia ser substituído por 'à proporção que'.
- c) expressa causa e poderia ser substituído por 'à medida em que'.
- d) expressa proporcionalidade e poderia ser substituído por 'na medida que'.
- e) expressa proporcionalidade e poderia ser substituído por 'ao passo que'

17. Para inserção do acento indicativo de crase, no trecho 'inerentes a cada sociedade', o elemento sublinhado deveria ser substituído por:

- a) essa sociedade
- b) toda sociedade
- c) alguma sociedade
- d) nossa sociedade
- e) uma sociedade

18. Assinale a opção cujo conteúdo apresenta reescrita que mantém as relações de sentido e a correção gramatical do seguinte trecho do texto:

A ciência tem como pressuposto de sua práxis a utilização de modelos teóricos que obedeçam a determinados princípios, sem que isso implique a aceitação de uma razão universal e impessoal.

- a) O conhecimento científico tem como premissa de sua execução a utilização de modelos teóricos que estejam de acordo com certos princípios, sem que tal signifique a adesão à uma razão universal e impessoal.
- b) O conhecimento científico têm como premissa de sua execução a utilização de modelos teóricos que estejam de acordo com certos princípios, sem que tal signifique a adesão a uma razão universal e impessoal.
- c) O conhecimento científico tem como premissa de sua execução a utilização de modelos teóricos o qual estejam de acordo com certos princípios, sem que tal signifique a adesão a uma razão universal e impessoal.
- d) O conhecimento científico tem como premissa de sua execução a utilização de modelos teóricos que estejam de acordo com certos princípios, sem que tal signifique a adesão a uma razão universal e impessoal.
- e) O conhecimento científico tem como premissa de sua execução a utilização de modelos teóricos que estejam de acordo com certos princípios, já que tal signifique a adesão à uma razão universal e impessoal.

19. No trecho "Saber quem melhor se aproveitou dessa evolução, qual teria sido sua finalidade...", qual é a função sintática da palavra "quem"?

- a) Sujeito da oração.
- b) Objeto direto da oração.
- c) Objeto indireto da oração.
- d) Complemento nominal da oração.
- e) Adjunto adnominal da oração.

20. Dados os sentidos do segundo parágrafo do texto, a forma pronominal "Estes" refere-se, respectivamente, a

- a) "os indivíduos"
- b) "determinados princípios"
- c) "cada sociedade e seus respectivos tipos de saberes"
- d) "os indivíduos"
- e) "seus respectivos tipos de saberes"

DIREITO PENAL

Renan Araújo

21. Acerca da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) A lei penal que de qualquer modo favorecer o agente será aplicada retroativamente, desde que não tenha havido sentença penal condenatória transitada em julgado.
- b) A lei penal temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado após sua vigência, sendo este efeito chamado de ultra-atividade.
- c) A nova lei penal mais grave se aplica ao crime permanente se a sua vigência é anterior à cessação da permanência.
- d) Consideram-se extensão do território nacional as embarcações brasileiras, públicas ou privadas, onde quer que se encontrem.
- e) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução da pena e os demais efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.

22. Determinado cidadão, brasileiro, praticou na Rússia o crime de falsificação de documento público, por ter adulterado seu passaporte emitido pelo Brasil. O cidadão lá foi condenado pelo referido crime a uma pena de 03 anos de reclusão, já integralmente cumprida naquele país.

Nesse caso, é correto afirmar que o referido agente:

- a) poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo crime, ainda que nunca mais regresse ao Brasil.
- b) somente poderá ser julgado, no Brasil, pelo mesmo fato, caso não esteja extinta a punibilidade do fato no estrangeiro.
- c) somente poderá ser julgado, no Brasil, pelo mesmo fato, caso retorne ao país.
- d) não poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo crime, pois se trata de hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- e) não poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo crime, eis que não se trata de hipótese de extraterritorialidade.

23. Acerca da prescrição da pena de multa, é correto afirmar que:

- a) Ocorrerá em 02 anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada
- b) Ocorrerá em 03 anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada
- c) Ocorrerá na metade do prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for cumulativamente cominada ou aplicada.
- d) Ocorrerá na metade do prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativamente cominada.
- e) Ocorrerá em 02 anos, independentemente de haver cominação ou aplicação de pena privativa de liberdade.

24. Sobre o perdão do ofendido, nos termos do quanto estabelece o Código Penal, é correto afirmar que:

- a) O perdão somente pode ser concedido expressamente
- b) Se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita, mas se o querelado o recusa, não produz efeito em relação a este.
- c) Se concedido por um dos ofendidos, prejudica o direito dos outros.
- d) É admissível o perdão mesmo depois do trânsito em julgado a sentença condenatória, devendo ser apresentado perante o Juízo da execução penal.
- e) O perdão do ofendido, nos crimes de ação penal pública incondicionada, obsta ao prosseguimento da ação.

25. Arthur discutiu com sua esposa Lara, por ciúmes. Durante a discussão, apenas querendo se afastar de Lara, Arthur passou enfurecido pela esposa e a empurrou, fazendo com que esta se desequilibrasse e caísse, batendo com a cabeça no chão, vindo a falecer. Assustado com a morte da esposa, Arthur, para simular uma queda natural, levou a esposa para o banheiro, tirou sua roupa, a colocou dentro do box e ligou o chuveiro, a fim de induzir os peritos crerem que Lara havia escorregado e caído sozinha durante o banho. Após, chamou socorro, alegando que sua esposa teria caído no banho e não apresentava sinais vitais.

Nesse caso, Arthur deverá ser responsabilizado por:

- a) lesão corporal seguida de morte e fraude processual
- b) homicídio qualificado pelo feminicídio e fraude processual
- c) apenas fraude processual
- d) apenas homicídio culposo, eis que a alteração da cena do crime configura exercício legítimo da autodefesa
- e) homicídio culposo e fraude processual

26. Sérgio, com intenção de lesionar, agrediu Juliano com diversos socos e chutes, após uma discussão em um bar. Juliano, em razão das agressões, ficou impossibilitado de comparecer às aulas da faculdade por 59 dias.

Nesse caso, é correto afirmar que Sérgio deverá ser responsabilizado pelo crime de:

- a) Homicídio tentado
- b) lesão corporal leve
- c) lesão corporal seguida de morte, tentada
- d) lesão corporal grave
- e) lesão corporal gravíssima

27. Sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta:

- a) A falsificação material de testamento particular configura o crime de falsificação de documento público.
- b) A inserção de informação falsa em documento público, com o fim de prejudicar direito, configura o crime de falsificação de documento público.
- c) O agente que falsificar documento particular e posteriormente usar o documento falsificado, deverá responder pelos crimes de falsificação de documento particular e uso de documento falso.
- d) O crime de falsidade de atestado médico é próprio, somente podendo ser praticado pelo médico ou outro profissional da área de saúde.
- e) O crime de falsidade ideológica, quando praticado sobre documento público, é considerado um crime próprio de funcionário público.

28. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de peculato tem como objeto material dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, desde que público.
- b) O crime de usurpação de função pública somente se caracteriza com a obtenção de vantagem pelo infrator.
- c) O crime de advocacia administrativa é considerado um crime próprio, somente podendo ser praticado por aquele que ostenta a qualidade de advogado, regularmente inscrito nos quadros da OAB.
- d) O crime de desacato, para sua configuração, exige que a conduta seja praticada na presença de outras pessoas além do infrator e do funcionário público.
- e) A oposição à execução de ato legal realizada de forma passiva, sem emprego de violência ou ameaça, não configura o crime de resistência.

29. Acerca do crime de exploração de prestígio, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de crime próprio, somente podendo ser praticado por quem ostente a qualidade exigida pelo tipo penal.
- b) Somente se caracteriza se o agente efetivamente chega a receber a vantagem indevida que fora solicitada.
- c) Trata-se de crime que não admite a forma tentada.
- d) As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas supostamente influenciáveis indicadas no art. 357 do CP.
- e) Também se tipifica quando o agente solicita dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em delegado de polícia.

30. Em determinado processo criminal, Dirceu, réu pela suposta prática do crime de estelionato, ofereceu a Daniela a quantia de R\$ 10.000,00 para que esta, na qualidade de testemunha, viesse a prestar afirmação falsa em juízo. Daniela aceitou a proposta e, no dia de seu depoimento, efetivamente fez afirmações falsas em Juízo. O Juiz que presidia a instrução, porém, não acreditou nas afirmações de Daniela e proferiu sentença em audiência, condenando Dirceu pelo crime de estelionato. A defesa de Dirceu interpôs recurso de apelação, ainda pendente de julgamento pelo Tribunal de Justiça.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Dirceu e Daniela deverão responder pelo crime de falso testemunho
- b) Dirceu praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Daniela praticou o crime de falso testemunho, ambos majorados de um sexto a um terço
- c) Dirceu praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Daniela praticou o crime de falso testemunho, sem majoração
- d) Dirceu e Daniela não praticaram crime, eis que o depoimento falso foi irrelevante para o deslinde da causa
- e) Caso Daniela se retrate e declare a verdade antes do julgamento do acórdão, estará extinta sua punibilidade

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

31. No que diz respeito à Ação Penal, assinale a alternativa correta:
- a) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por queixa do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, apenas da requisição do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
 - b) No caso de morte do ofendido o direito de representação na ação penal pública passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, nesta ordem.
 - c) O direito de representação no caso de ação penal privada passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, nesta ordem, quando o ofendido for declarado ausente por decisão judicial.
 - d) Se o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.
 - e) A representação do ofendido, no caso de ação penal pública condicionada à representação é retratável depois de oferecida a denúncia.

32. Assinale a opção correta com base no disposto no Código de Processo Penal (CPP) acerca da propositura da ação civil *ex delicto*:

- a) O despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação impedirá a propositura da ação civil.
- b) A ação para ressarcimento do dano poderá ser proposta no juízo cível apenas contra o autor do crime, mas não contra seus responsáveis.
- c) Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.
- d) Impede a propositura da ação civil, a decisão que julgar extinta a punibilidade.
- e) A sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime faz coisa julgada no cível.

33. No tocante à competência no direito processual penal, é correto afirmar que:

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
- b) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.
- c) Haverá unidade de processo e julgamento quando houver conexão entre crimes de competência da jurisdição comum e da Justiça militar;
- d) Sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu
- e) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o seu foro de domicílio ou de residência, apenas quando conhecido o lugar da infração.

34. A respeito da busca domiciliar, à luz do CPP, assinale a opção correta.

- a) A busca pessoal é aquela realizada sobre o corpo do indivíduo e se estende aos seus pertences pessoais, não sendo necessário mandado judicial.
- b) Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos, mas não é meio idôneo para prender criminosos.
- c) A busca domiciliar não será possível para apreender pessoas vítimas de crimes, devendo ser realizada apenas a busca pessoal.
- d) Em regra, a busca e a apreensão prescindem de autorização judicial e não podem ocorrer no período noturno.
- e) A busca em mulher será feita por outra mulher, sendo vedada, em qualquer hipótese, a busca feita por homem.

35. Sobre a citação e a intimação é correto afirmar que:

- a) é cabível a citação por edital no processo penal, desde que o oficial de justiça verifique e certifique que o réu se oculta para não ser citado.
- b) o réu será considerado revel se, apesar de pessoalmente citado, deixar de comparecer injustificadamente, sendo que o processo seguirá sem a sua presença e haverá confissão ficta.
- c) o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor, será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- d) considera-se completa a formação do processo quando realizada citação válida do acusado. E) não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.
- e) nenhuma das alternativas.

36. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Penal quanto ao procedimento comum, em especial ao rito ordinário e sumário, assinale a alternativa correta:

- a) No procedimento ordinário, apenas, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 5 (dez) dias.
- b) No caso de citação por edital, o prazo para a defesa apresentar resposta à acusação começará a fluir a partir do efetivo conhecimento do Réu quanto a imputação.
- c) Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, não sendo possível, neste momento arrolar testemunhas.
- d) Na resposta, o acusado poderá arguir apenas as preliminares e oferecer documentos e justificações.
- e) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

37. No que tange medidas assecuratórias, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.
- b) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, salvo se já tiverem sido transferidos a terceiro.
- c) O sequestro será autuado em apartado e não admitirá embargos de terceiro.
- d) Para a decretação do sequestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência lícita dos bens.
- e) O sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de trinta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.

38. A respeito das intimações, especificadamente na figura dos artigos 370 a 372 do CPP, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.
- b) A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.
- c) Nas intimações dos acusados, das testemunhas e demais pessoas que devam tomar conhecimento de qualquer ato, será observado, no que for aplicável, os aspectos inerentes às citações.
- d) Caso não haja órgão de publicação dos atos judiciais na comarca, a intimação far-se-á diretamente pelo escrivão, por mandado, ou via postal com comprovante de recebimento, ou por qualquer outro meio idôneo.
- e) É inadmissível a intimação por despacho na petição em que for requerida, qualquer que seja o caso.

39. Em relação ao *habeas corpus* e seu processo, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.
- b) Cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- c) A concessão do *habeas corpus* não obstará, nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- d) Não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- e) Se a ordem de *habeas corpus* for concedida para evitar ameaça de violência ou coação ilegal, dar-se-á ao paciente salvo-conduto assinado pelo juiz.

40. O acusado João Júnior andando pelo centro de São Paulo avistou uma joalheria com a porta entreaberta, ocasião em que lá adentrou e subtraiu diversas gargantilhas de ouro branco, colocando-as em sua mochila. Ao sair correndo do estabelecimento comercial, o dono da loja, percebendo a ação do meliante, gritou para o segurança da loja ao lado que o perseguiu e o prendeu sob a alegação de flagrância delitiva. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- a) a prisão em flagrante é ilegal, vez que o segurança não poderia efetuar-la.
- b) trata-se da hipótese de flagrante presumido.
- c) trata-se da hipótese de flagrante impróprio.
- d) a prisão em flagrante é ilegal, pois é situação de flagrante esperado.
- e) o meliante estava em situação flagrancial, mas só poderia ser preso pela autoridade policial e seus agentes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

41. A respeito das regras sobre os auxiliares da justiça no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Em cada comarca, seção ou subseção judiciária haverá, no mínimo, o dobro de oficiais de justiça em relação ao número de juízes.
- b) O escrivão ou chefe de secretaria deverá obrigatoriamente obedecer à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais
- c) A responsabilidade civil do oficial de justiça pela prática de ato nula é objetiva, independendo da existência de dolo ou culpa.
- d) Incumbe ao oficial de justiça certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber.
- e) Redigir, na forma legal, os ofícios, os mandados, as cartas precatórias e os demais atos que pertençam ao seu ofício é um ato que incumbe ao oficial de justiça.

42. André e Laura contraíram casamento no ano de 2017, residindo juntos em Campinas-SP até julho de 2018, quando se mudaram para São Paulo-SP, capital do Estado. Lá o casal permaneceu até a separação de fato, que ocorreu em abril de 2023. Da relação, nasceram dois filhos, Francisco (atualmente com 3 anos) e Enzo (atualmente com 1 ano), que desde a separação de fato residem com Laura na cidade de Santos-SP. André, por sua vez, reside atualmente na cidade de Guarujá-SP. De acordo com as regras de competência do Código de Processo Civil, caso Laura ajuíze ação de divórcio, o foro competente será:

- a) Campinas-SP, por ser o primeiro domicílio do casal.
- b) Guarujá-SP, por ser o domicílio do réu.
- c) Santos-SP, por ser o domicílio do guardião de filho incapaz.
- d) São Paulo-SP, por ser o último domicílio do casal.
- e) Campinas-SP ou Guarujá-SP, a critério da parte autora.

43. No que diz respeito às regras sobre as ações possessórias no âmbito do código de processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) A propositura de uma ação possessória em vez de outra obstará que o juiz conheça do pedido.
- b) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas será determinada a intimação da Defensoria Pública caso envolva pessoas em situação de hipossuficiência econômica.
- c) No caso de turbação deve ser ajuizada a ação de reintegração da posse.
- d) Contra as pessoas jurídicas de direito público poderá ser deferida a manutenção ou a reintegração liminar, independentemente da prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.
- e) Não há possibilidade de justificação prévia para fins de apreciação de liminar em manutenção ou reintegração de posse.

44. A respeito da intervenção de terceiros e sua previsão no CPC/2015, assinale a alternativa correta.

- a) Tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas podem ser admitidas como amicus curiae.
- b) Na denunciação à lide, se o denunciante for vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide.
- c) Na ação que o fiador for réu, é possível que tanto o autor quanto o réu requeiram o chamamento ao processo do afiançado.
- d) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será instaurado de ofício, a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- e) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica não é cabível na fase de conhecimento do processo.

45. A lei 9.099/95 dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Sobre a referida lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) O mandato do advogado poderá ser verbal, inclusive para estabelecer poderes especiais.
- b) O preposto da pessoa jurídica ré deve possuir vínculo empregatício.
- c) O insolvente civil poderá ser parte em processo que tramite no juizado especial cível.
- d) Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos a assistência por advogado é obrigatória.
- e) Não há previsão de citação por oficial de justiça no âmbito dos juizados especiais cíveis.

46. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A forma preferencial de intimação é aquela feita pelo oficial de justiça.
- b) Embora prevista para a citação, não há a possibilidade de intimação por hora certa.
- c) A intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante os respectivos chefes do poder executivo.
- d) A retirada dos autos do cartório ou da secretaria em carga pelo advogado não implica intimação de decisão contida no processo que esteja pendente de publicação no diário oficial.
- e) É facultado aos advogados promover a intimação do advogado da outra parte por meio do correio, juntando aos autos, a seguir, cópia do ofício de intimação e do aviso de recebimento.

47. Sobre a atuação do oficial de justiça no âmbito da execução por quantia certa, assinale a alternativa correta.

- a) Se o oficial de justiça não encontrar o executado, o arresto dos bens para garantia da execução dependerá sempre de expressa ordem judicial.
- b) Não encontrando bens penhoráveis, somente com determinação judicial expressa poderá o oficial descrever na certidão os bens que guarnecem a residência do executado.
- c) Se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora dos bens, o oficial de justiça pode proceder ao arrombamento independentemente de autorização judicial.
- d) Ainda que sejam necessários conhecimentos especializados, a avaliação de bens penhorados sempre será atribuição do oficial de justiça.
- e) Sempre que necessário, o juiz requisitará força policial, a fim de auxiliar os oficiais de justiça na penhora dos bens.

48. Em demanda que tramita no juízo cível da comarca X de São Paulo, foram expedidos dois mandados de citação a serem cumpridos pelo oficial de justiça. O primeiro relativo ao réu A e o segundo relativo ao réu B, ambos sem qualquer ressalva de perempção de direito. Ao encontrar o réu A, constatou que o citando havia casado há 5 dias. Ao encontrar o réu B, constatou-se que o citando estava participando de culto religioso. Nas referidas situações, é correto afirmar que:

- a) Não há óbice para a citação de nenhum dos dois réus.
- b) Há óbice apenas para a citação do réu A.
- c) Há óbice apenas para a citação do réu B.
- d) Há óbice para a citação de ambos os réus.
- e) Não haveria óbice para a situação do réu A apenas se o casamento tivesse ocorrido há mais de 7 (sete) dias.

49. Sobre a gratuidade da justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
- b) Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- c) A gratuidade de justiça não pode consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- d) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência de recursos deduzida por pessoa natural ou jurídica.
- e) O direito à gratuidade de justiça é extensível a sucessor do beneficiário.

50. Sobre os atos processuais, assinale a alternativa incorreta:

- a) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito apenas aos procuradores das partes.
- b) Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- c) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.
- d) Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa.
- e) O documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos quando acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Tiago Zanolla

51. Joana, uma oficial de justiça recém-empossada, estava se familiarizando com as normas e procedimentos de sua nova função. Em uma conversa com seu colega mais experiente, Roberto, ele mencionou sobre o ressarcimento das despesas de condução com diligências gratuitas. Joana, curiosa, quis saber mais sobre o assunto e Roberto, sempre prestativo, decidiu testar o conhecimento da colega com uma questão.

Questão: De acordo com as normas sobre o ressarcimento das despesas de condução com diligências gratuitas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O oficial de justiça terá direito ao acréscimo de uma cota para cada 10 quilômetros percorridos além do raio de 15 quilômetros da sede do juízo.
- b) O oficial de justiça não precisa comprovar os gastos com pedágio-rodoviário, balsa ou ferry-boat para ter direito ao ressarcimento.
- c) Nas Comarcas do Interior, a tabela de ressarcimento é elaborada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
- d) O oficial de justiça que se deslocar por uma distância superior a 15 quilômetros da sede do juízo receberá um acréscimo equivalente a mais uma cota para cada faixa de 15 quilômetros ou fração.
- e) O ressarcimento por travessia por pedágio-rodoviário, balsa ou ferry-boat é limitado a três cotas, independentemente do valor da taxa.

52. Ricardo, um jovem escrivão, estava em seu segundo mês de trabalho no Tribunal de Justiça. Ele estava encarregado de enviar mandados para a SADM. No entanto, ele ainda estava um pouco confuso sobre os horários e procedimentos adequados para a remessa desses mandados. Sua colega, Fernanda, percebendo sua hesitação, decidiu ajudá-lo a entender melhor as regras, propondo uma questão para testar seu conhecimento.

De acordo com as normas sobre o envio de mandados para a SADM, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os mandados de cumprimento imediato devem ser enviados para a SADM entre 9h e 13h.
- b) Os mandados urgentes, de plantão ou relativos a audiências podem ser enviados em qualquer horário do dia.
- c) A SADM só recebe mandados até às 13h, sem exceções.
- d) É obrigatória a distribuição em lote de mandados não urgentes.
- e) Os mandados urgentes, de plantão ou relativos a audiências devem ser remetidos em bloco separado dos demais mandados.

53. Lucas, um oficial de justiça recém-nomeado, estava diante de uma situação complicada. Ele precisava cumprir um mandado, mas o indivíduo em questão se recusava a abrir a porta e cooperar. Lucas sabia que, em certos casos, poderia ser necessária uma ordem de arrombamento ou até mesmo reforço policial. No entanto, ele não estava completamente certo sobre o procedimento correto a seguir. Sua colega, Mariana, com mais experiência na função, decidiu propor uma questão para testar o conhecimento de Lucas sobre o assunto.

De acordo com as normas sobre a execução de mandados que podem necessitar de ordem de arrombamento ou reforço policial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O oficial de justiça deve devolver o mandado ao juiz antes de solicitar a ordem de arrombamento.
- b) O oficial de justiça deve submeter ao juiz do feito um requerimento em modelo padronizado sem devolver o mandado.
- c) A ordem de arrombamento é automaticamente concedida sempre que o oficial de justiça se depara com resistência.
- d) O requerimento do oficial de justiça é apenas uma sugestão, e a decisão final sobre o arrombamento cabe à polícia.
- e) O oficial de justiça não precisa de autorização para solicitar reforço policial.

54. Em uma noite chuvosa, o oficial de justiça Carlos estava de plantão. Ele havia recebido vários documentos para cumprir, incluindo alguns alvarás de soltura. Sabendo da importância e urgência desses documentos, ele queria garantir que tudo fosse feito corretamente. Enquanto revisava os procedimentos, sua colega Fernanda, que também estava de plantão, decidiu testar o conhecimento de Carlos sobre o assunto, propondo uma questão relacionada aos alvarás de soltura e ao plantão judiciário.

De acordo com as normas sobre alvarás de soltura e plantão judiciário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os alvarás de soltura expedidos em véspera de plantão não necessitam de confirmação de recebimento pela autoridade destinatária.
- b) Os alvarás de soltura são entregues em 3 (três) vias ao oficial de justiça de plantão.
- c) Os alvarás de soltura que não tenham sido expedidos pelos plantonistas não precisam ser relacionados.
- d) Os alvarás de soltura, assinados pelo juiz expedidor, são encaminhados pelo juiz do plantão judiciário à autoridade que os deve cumprir.
- e) O funcionário responsável pelo plantão não precisa controlar e cobrar os documentos pendentes de devolução pelo oficial de justiça.

55. Em uma manhã ensolarada, o oficial de justiça Roberto estava se preparando para sair e cumprir uma série de mandados. Ele sabia que tinha que ser metucioso e seguir todas as regras estabelecidas para garantir que os atos fossem realizados corretamente. Enquanto revisava os procedimentos, sua colega Juliana, que estava no cartório, decidiu testar o conhecimento de Roberto sobre as regras de citação e diligências, propondo uma questão relacionada aos artigos 1.003 e 1.004.

De acordo com as normas sobre as diligências do oficial de justiça, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O oficial de justiça não precisa exigir a exibição do documento de identidade do citando.
- b) Nas ações de despejo, o oficial de justiça não precisa dar ciência a todos os ocupantes do imóvel.
- c) Nas ações possessórias com grande número de pessoas no polo passivo, o oficial de justiça deve efetuar a citação pessoal apenas dos ocupantes que ele conhece.
- d) O oficial de justiça pode certificar a impossibilidade da prática do ato sem esgotar todos os meios de concretização.
- e) Antes de certificar a impossibilidade da prática do ato, o oficial de justiça deve esgotar todos os meios de concretização e especificar na certidão as diligências efetuadas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

56. De acordo com o art. 94 da CF 88, o quinto constitucional não estará presente:

- a) no Tribunal de Justiça Militar de São Paulo.
- b) no Tribunal de Justiça de São Paulo.
- c) no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
- d) no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
- e) no Tribunal Regional Eleitoral de SP.

57. Processar e julgar originariamente um Juiz de Direito da Comarca de São Paulo nos crimes comuns e de responsabilidade é uma competência.

- a) do STF.
- b) do STJ.
- c) do Tribunal de Justiça.
- d) do Tribunal Regional Federal.
- e) da Assembleia Legislativa.

58. A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, por Tribunal de Justiça Militar nos Estados:

- a) em que o efetivo militar seja superior a trinta mil integrantes.
- b) em que o efetivo militar seja superior a cem mil integrantes.
- c) em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.
- d) em que o efetivo militar seja superior a dez mil integrantes.
- e) em que o efetivo militar seja superior a quinze mil integrantes.

59. De acordo com a CF 88, são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.

- a) a unidade, a vitaliciedade e a independência funcional.
- b) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- c) a inamovibilidade, a vitaliciedade e a independência funcional.
- d) a unidade, a vitaliciedade e a irredutibilidade de subsídios.
- e) a estabilidade, a vitaliciedade e a independência funcional.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

60. Edvano, Técnico Judiciário no Tribunal de Justiça da sua região, recebeu, dolosamente, vantagem econômica, consistente em parcelas mensais no valor de dez mil reais, para facilitar a aquisição de bem móvel pela administração do tribunal por preço superior ao valor de mercado.

Assim agindo, de acordo com a Lei n.º 8.429/92, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, Edvano:

- a) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 14 (catorze) anos;
- b) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente;
- c) Não praticou ato de improbidade administrativa, pois a conduta não está tipificada na legislação;
- d) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 8 (oito) anos;
- e) Não praticou ato de improbidade administrativa, haja vista não ter havido danos ao erário.

61. Após regular procedimento licitatório, a empresa X foi contratada para fornecer mil equipamentos a serem utilizados pelo setor de edificações de órgão da Administração Pública. Ocorre que a empresa só forneceu cem equipamentos e solicitou que Caio, ocupante de cargo em comissão na função de chefia do setor, atestasse que recebera a quantidade inicialmente contratada, apesar de receber uma quantidade muito inferior. Objetivando complementar sua remuneração, Caio pediu que lhe fosse feito um pagamento de R\$ 1.000,00 (mil reais) para fazer a declaração falsa.

No caso em tela, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992, Caio:

- a) Pratica ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública;
- b) Não pratica ato de improbidade administrativa;
- c) Pratica ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito;
- d) Pratica ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário;
- e) Pratica ato de improbidade administrativa que importa acumulação ilegal de cargos públicos.

62. Bruno, prefeito do Município W, observando que seu mandato era curto e que deveria arrecadar mais recursos financeiros, passou a receber vantagem econômica de R\$ 10.000,00 para permitir a prática de usura. Considerando a situação descrita, é certo que Bruno cometeu ato de improbidade administrativa que

- a) atentou contra os princípios da Administração Pública e está sujeito a sanções como, ressarcimento ao erário, multa civil e cassação dos direitos políticos;
- b) atentou contra os princípios da Administração Pública e está sujeito a sanções como perda da função pública e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de quatro anos;
- c) importou enriquecimento ilícito e está sujeito a sanções como perda da função pública, multa civil e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até dez anos;
- d) causou prejuízo ao erário e está sujeito a sanções como perda da função pública, multa civil e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até catorze anos;
- e) importou enriquecimento ilícito e está sujeito a sanções como perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até catorze anos.

63. Vanderlei, Deputado Federal pelo estado de Rondônia, criou um projeto com o objetivo de ajudar os garimpeiros que atuavam na região onde morava. Sem muitos obstáculos, o projeto fora aprovado rapidamente, tanto no Congresso como no Senado, e a sua homologação ocasionara a liberação de verba pública direcionando-a para contas bancárias dos garimpeiros cadastrados no programa. Após oito meses de investigação, a Polícia Federal adentrou na residência do Deputado Vanderlei às seis horas da manhã e descobriu, em seu armário, malas repletas de dinheiro vivo, além disso, constataram, quando o Deputado se levantou da cama, que sua cueca estava recheada de notas de duzentos reais. Ao final do inquérito foi atestado que a quantia encontrada com o Deputado provinha dos garimpeiros de sua região, que o pagavam mensalmente para que aprovasse o projeto.

No caso fictício em tela, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992 - de Improbidade Administrativa, o Deputado Federal Vanderlei:

- a) Não praticou ato que configura improbidade administrativa;
- b) Praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, sujeitando-se, dentre outras penas, ressarcimento integral do dano e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios até 4 anos;
- c) Praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, sujeitando-se, dentre outras penas, suspensão dos direitos políticos até 14 anos e multa civil até 24 vezes o valor da remuneração;
- d) Praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, sujeitando-se, dentre outras penas, perda da função pública e dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio;
- e) Praticou ato de improbidade que atenta causa prejuízo ao erário, sujeitando-se, dentre outras penas, suspensão dos direitos políticos até 12 anos e perda de função pública.

64. Cláudia, Prefeita de Santos/SP, aproveitando a restauração predial que a terceirizada realizava no edifício da Prefeitura, convocou, por meio de ofício, os empregados da empresa para que, no final de semana, dirigissem-se à Praia do Forte, na Avenida Presidente Castelo Branco, 556, local o qual se encontrava a casa da Prefeita, com o objetivo de efetuar a pintura externa de sua residência. Os subordinados, mesmo a contragosto, fizeram o que lhe foi solicitado.

Com base no caso em tela e na lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92), Cláudia:

- a) cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, tendo como cominações, dentre outras, a multa civil de até 24 vezes o valor da sua remuneração e a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios pelo prazo de até 4 anos;
- b) cometeu ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, tendo como cominações, dentre outras, a suspensão dos direitos políticos e a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios pelo prazo de até 14 anos;
- c) cometeu ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, tendo como cominações, dentre outras, a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e o pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano;
- d) cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, tendo como cominações, dentre outras, a multa civil de até 24 vezes o valor da sua remuneração e o ressarcimento integral do dano;
- e) cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, tendo como cominações, dentre outras, a perda da função pública e a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios pelo prazo de até 4 anos.

65. Com relação ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei n.º 10.261/68), considere as seguintes assertivas:

- I. É permitido ao funcionário fundar sindicato de funcionários ou deles fazer parte;
- II. Ao funcionário é proibida a prática de usura;
- III. É dever do funcionário residir no local onde exerce o cargo ou, onde autorizado;
- IV. São considerados de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os três dias em que o funcionário estiver afastado do serviço em virtude de licença paternidade;

De acordo com a Lei n.º 10.261/68 está correto o que se afirma **SOMENTE** em

- a) I
- b) II
- c) II e III
- d) I, III e IV
- e) II e IV

66. De acordo com o artigo 11 da Lei n.º 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo), os cargos públicos serão providos por:

- a) nomeação; transferência; reintegração; acesso; reversão; aproveitamento; readmissão;
- b) nomeação; transferência; readaptação; acesso; reversão; aproveitamento; recondução;
- c) nomeação; ascensão; reintegração; acesso; promoção; aproveitamento; readmissão;
- d) nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração; recondução;
- e) nomeação; transferência; readaptação, acesso; reintegração; aproveitamento; readmissão.

67. Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei n.º 10.261/68), assinale a alternativa incorreta:

- a) Funcionário público é a pessoa legalmente investida em cargo público;
- b) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário;
- c) As nomeações serão feitas em comissão, quando se tratar de cargo que em virtude de lei assim deva ser provido;
- d) A nomeação para cargo público de provimento efetivo será precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos;
- e) As provas serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e aos títulos serão atribuídos, no máximo, 40 (quarenta) pontos.

68. Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei n.º 10.261/68), qual das seguintes situações não é considerada como efetivo exercício quando o funcionário estiver afastado do serviço?

- a) férias;
- b) casamento, até oito dias;
- c) falecimento do cônjuge, filhos, pais e irmãos, até oito dias;
- d) falecimento dos avós, netos, sogros, do padrasto ou madrasta, até dois dias;
- e) licença-compensação.

69. Com relação ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei n.º 10.261/68), considere as seguintes assertivas:

- I. O funcionário perderá 1/2 do vencimento ou remuneração diária, quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início do expediente ou quando dele retirar-se dentro da última hora;
- II. O funcionário terá direito, após cada período de 5 (cinco) anos, contínuos, ou não, à percepção de adicional por tempo de serviço, calculado à razão de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento ou remuneração, a que se incorpora para todos os efeitos;
- III. É proibido ao funcionário ser acionista, quotista ou comanditário;
- IV. São considerados de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o máximo de cinco dias em que o funcionário estiver afastado do serviço em virtude de trânsito, em decorrência de mudança de sede de exercício;

De acordo com a Lei n.º 10.261/68 está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I
- b) II
- c) II e III
- d) I, III e IV
- e) II e IV

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

70. Com relação à personalidade e à capacidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) A personalidade civil começa a partir da concepção.
- b) São absolutamente incapazes os que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir vontade.
- c) São relativamente incapazes as pessoas com deficiência mental que tenham o discernimento reduzido.
- d) A emancipação do menor sob tutela se obtém por sentença judicial, ouvido o tutor.
- e) União estável de pessoa menor conduz à emancipação.

71. Com relação à ausência, assinale a alternativa correta.

- a) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente ou de fato por mais de 1 ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- b) Na etapa da sucessão provisória, o cônjuge e os descendentes, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias de restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos.
- c) Empossados nos bens, os sucessores provisórios ficarão representando ativa e passivamente o ausente, de modo que contra eles correrão as ações pendentes e as que de futuro àquele forem movidas.
- d) Pode-se requerer a sucessão definitiva, provando-se que o ausente conta 70 anos de idade, e que de 5 anos datam as últimas notícias dele.
- e) Regressando o ausente nos 10 anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, ele haverá os bens existentes no estado em que se acharem, mas não os sub-rogados em seu lugar.

72. Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) Em se tratando de morto, a legitimação para pleitear a tutela dos direitos da personalidade pode-se estender aos colaterais até o 4º grau.
- c) É válida, com objetivo científico, a disposição gratuita ou onerosa do próprio corpo para depois da morte.
- d) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o agnome.
- e) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo se não houver intenção difamatória.

73. Com relação à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) A desconsideração da personalidade jurídica permite estender os efeitos de certas relações de obrigações aos bens particulares de todos os administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- b) Considera-se desvio de finalidade a expansão ou alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- c) Considera-se confusão patrimonial quaisquer atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
- d) A existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.
- e) O Código Civil brasileiro não adota a desconsideração inversa da personalidade jurídica.

74. Com relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) São nulos os negócios jurídicos viciados por erro.
- b) O erro é substancial quando se trata de erro de cálculo, conduzindo à invalidação do negócio jurídico.
- c) O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos.
- d) Se ambas as partes procederem com dolo, ambas poderão alegá-lo para anular o negócio jurídico.
- e) Considera-se coação o temor reverencial.

75. Com relação ao mandato (arts. 653 a 666), assinale a alternativa correta.

- a) Procuração e mandato são expressões sinônimas.
- b) O terceiro com quem o mandatário tratar não poderá exigir que a procuração traga firma reconhecida.
- c) Outorgado o mandato por instrumento público, o substabelecimento deverá ser feito também por instrumento público.
- d) O mandato em termos gerais confere poderes de mera administração e de transigir.
- e) O maior de 16 e menor de 18 anos pode ser mandatário, mesmo que não emancipado.

76. Com relação à posse (arts. 1.196-1.203), assinale a alternativa correta.

- a) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida.
- b) Detentor é aquele que exerce a posse direta sobre o bem.
- c) Se duas pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, ainda que excluam os dos outros compossuidores.
- d) É justa a posse quando o possuidor ignora o vício, ou obstáculo, que impede a aquisição da coisa.
- e) O possuidor com justo título tem por si a presunção absoluta de boa-fé.

77. Com relação ao penhor legal, assinale a alternativa correta.

- a) O penhor legal depende de convenção entre as partes e posterior registro no Cartório de Títulos e Documentos.
- b) Admite-se o penhor legal em favor dos hospedeiros, sobre as bagagens dos hóspedes, pelas despesas que estes tiverem feito.
- c) Admite-se o penhor legal em favor das escolas, sobre os bens dos alunos, pelas mensalidades vencidas e não pagas.
- d) Tomado o penhor legal, poderá o credor pignoratício alienar a coisa empenhada, independentemente de homologação judicial.
- e) O locatário não pode impedir a constituição do penhor legal pelos aluguéis vencidos.

78. Com relação à curatela (arts. 1.775-1.778), assinale a alternativa correta.

- a) Sujeitam-se à curatela os menores impúberes, na falta dos pais.
- b) Ébrios habituais não estão sujeitos à curatela, devendo ser internados em estabelecimento psiquiátrico.
- c) O cônjuge ou companheiro, ainda que separado de fato, é de direito o curador do outro, caso não tenha sido decretado o divórcio.
- d) Pessoa com deficiência não se sujeita a curatela.
- e) A autoridade do curador estende-se à pessoa e aos filhos do curatelado.

ATUALIDADES

Rodolfo Gracioli

79. Recentemente, o BRICS anunciou ao ingresso de novos integrantes. O BRICS é um grupo de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico. Trata-se de um acrônimo da língua inglesa que é geralmente traduzido como "os BRICS" ou "países BRICS". Sobre o tema, está correto:

- a) Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes, Etiópia e Irã passam a ser membros plenos a partir de 2024.
- b) O bloco econômico em questão tem a possibilidade de negociar taxas diretamente com União Europeia e Mercosul, ampliando o comércio.
- c) Desde a origem, em 2015, na Cúpula de Paris, o grupo contava com 5 membros. Com o ingresso recente de diferentes nações, serão 11 ao todo.
- d) Recentemente, a Rússia foi expulsa do Brics por conta da invasão ao território ucraniano, o que viola dispositivos democráticos do bloco.
- e) O grupo de países surgiu para fazer frente à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

80. Sobre os dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cidade com a maior população, que não é capital, com cerca de 1,2 milhão de habitantes é:

- a) Campinas / SP
- b) São Gonçalo / RJ
- c) São José dos Campos / SP
- d) Guarulhos / SP
- e) Niterói / RJ

81. O Conselho de Segurança das Nações Unidas é um órgão da Organização das Nações Unidas cujo mandato é zelar pela manutenção da paz e da segurança internacional. Em tempos de crise internacional, uma reforma no Conselho de Segurança passou a ser discutida. Sobre o tema, está correto:

- a) O Conselho é composto por 10 países, todos com direito de veto, o que dificulta o andamento das discussões devido à divergências estratégicas.
- b) O G4, composto por Japão, Índia, Brasil e Alemanha, é o grupo de países que pressiona por mais vagas permanentes no Conselho de Segurança.
- c) Atualmente ocupando o posto de membro permanente, o governo brasileiro defende mais uma cadeira para um país sul-americano.
- d) Nos últimos anos, tem sido unânime a atuação do Conselho com relação à conflitos na Síria, Iêmen e na Venezuela.
- e) As tropas do Conselho de Segurança da ONU chegaram a se posicionar na região ucraniana, mas ainda não operacionalizaram ações.

82. “Trinta e cinco anos após promulgada, a Constituição brasileira foi traduzida pela primeira vez para uma língua indígena. Patrocinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a nova versão da Carta Magna foi lançada nesta quarta-feira (19) no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), em uma cerimônia na maloca da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)”. Adaptado. (Fonte: Agência Brasil, julho de 2023).

A língua indígena em questão é:

- a) Nheengatu
- b) Terena
- c) Xavante
- d) Yanomami
- e) Mawé

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo mocellin

83. Uma proposição logicamente equivalente à afirmação “Se Maurício é arquiteto, então Raíssa é médica e Amanda é antropóloga” é apresentada na alternativa:

- a) Raíssa não é médica, Amanda não é antropóloga e Maurício não é arquiteto.
- b) Amanda é antropóloga, Maurício é arquiteto e Raíssa é médica.
- c) Se Maurício não é arquiteto, então Raíssa não é médica e Amanda não é antropóloga.
- d) Se Raíssa é médica e Amanda é antropóloga, então Maurício é arquiteto.
- e) Se Raíssa não é médica ou Amanda não é antropóloga, então Maurício não é arquiteto.

84. Assinale a alternativa que apresenta a negação de “Pedro gosta de chocolate e não gosta de açaí”.

- a) Pedro não gosta de chocolate e não gosta de açaí.
- b) Se Pedro gosta de chocolate, então ele não gosta de açaí.
- c) Pedro gosta de chocolate ou gosta de açaí.
- d) Se Pedro gosta de chocolate, então ele gosta de açaí.
- e) Pedro não gosta de chocolate ou não gosta de açaí.

85. Todos os nutricionistas são inteligentes. Alguns inteligentes são egoístas. Todas os egoístas são ricos. A partir dessas informações, é correto concluir que:

- a) Os ricos são inteligentes.
- b) Todos os nutricionistas que são egoístas são ricos.
- c) Qualquer inteligente é rico.
- d) Se a pessoa é inteligente, então ela não é rica.
- e) Qualquer inteligente é rico ou é nutricionista.

86. Considere que as informações a seguir são verdadeiras.

- I. Eduardo é professor ou Clodoaldo é médico.
 - II. Bernardo é bartender ou Diego é digitador.
 - III. Arnaldo é arquiteto e Bernardo não é bartender.
 - IV. Diego não é digitador ou Eduardo não é professor.
- A partir dessas informações, é correto concluir que
- a) Bernardo é bartender.
 - b) Arnaldo não é arquiteto.
 - c) Diego não é digitador.
 - d) Clodoaldo é médico.
 - e) Eduardo é professor.

87. A sequência a seguir obedece a uma lógica:

4, 8, 9, 18, 20, 40, 43, 86, X, Y

Considerando a lógica de formação da sequência, a soma $X+Y$ é:

- a) 270
- b) 274
- c) 276
- d) 284
- e) 286

88. Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo têm alturas distintas. Suas idades são 35 anos, 40 anos e 45 anos, não necessariamente nessa ordem. Além disso, sabe-se que:

- I. Ninguém é o mais alto e o mais velho simultaneamente.
- II. Arnaldo não é o mais alto nem o mais novo.
- III. Bernaldo é mais alto que Arnaldo, mas não que Cernaldo.
- IV. Cernaldo é o mais alto ou o mais novo, mas não os dois simultaneamente.

Considerando as afirmações, é correto afirmar que:

- a) Arnaldo tem 35 anos.
- b) Arnaldo tem 40 anos
- c) Bernaldo tem 35 anos
- d) Bernaldo tem 40 anos
- e) Cernaldo tem 45 anos.

MATEMÁTICA

Carlos Henrique

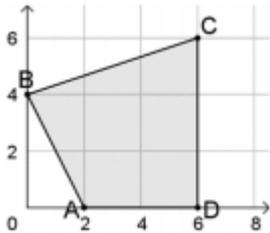
89. Bia tem 14 bonecas a menos do que Ana, e Carla tem 17 bonecas a menos do que Ana. Se o produto entre o número de bonecas de Bia e o número de bonecas de Carla é igual a 208, essas três meninas têm, juntas, um total de bonecas igual a

- a) 55.
- b) 56.
- c) 57.
- d) 58.
- e) 59.

90. Ao receber a visita de uma pequena quantidade de alunos, a coordenadora Dani do Estratégia Concursos resolveu distribuir uma certa quantidade de camisas personalizadas entre os alunos. Dani percebeu que se desse três camisas a cada aluno, sobrariam 13 camisas, e que, dando 5 camisas a cada aluno, no final da distribuição, 3 alunos não receberiam nada. O número de camisas que Dani pretende distribuir é igual a:

- a) 52
- b) 55
- c) 56
- d) 60
- e) 65

Um estande de tiro tem a forma de um quadrilátero ABCD. A figura a seguir mostra sua representação no plano cartesiano, onde cada unidade representa 20 metros.



Baseado no texto acima, responda às questões 91 e 92.

91. Em dado momento, a atiradora Penélope corre do ponto A ao ponto C em linha reta, e o atirador Diego corre do ponto B ao ponto D também em linha reta. Quantos metros Penélope percorreu a mais que Diego?

- a) zero
- b) 25
- c) $20\sqrt{13}$
- d) $25\sqrt{13}$
- e) 50

92. A área do estande de tiro é igual a:

- a) 10.000 m^2
- b) 10.200 m^2
- c) 10.400 m^2
- d) 10.600 m^2
- e) 10.800 m^2

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

93. Uma planilha no Excel tem os valores

	A	B
1	10	15
2	20	25
3	30	40
4		

Ao digitarmos na célula D4 a seguinte fórmula
=MAIOR(A1:B2;3)

O valor obtido será:

- a) 15
- b) 10
- c) 23,333
- d) 25
- e) 20

94. Uma planilha no Excel tem os valores

	A	B	C	D
1	2022			
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				

Após arrastarmos a alça de preenchimento até a célula A12, na célula A10 aparecerá que o valor:

- a) 2031
- b) 2030
- c) #erro
- d) 2020
- e) 2022

95. No Windows 10, a opção que permite alternar entre o uso ou não do Modo Tablet, se encontra no menu:

- a) Sistema.
- b) Dispositivo.
- c) Telefone.
- d) Aplicativos.
- e) Contas.

96. O menu que permite a alteração do formato da data e da hora do sistema e que pode ser encontrado no item “Hora e Idioma” do menu Configurações do Windows 10 é o:

- a) Data e Hora.
- b) Idioma.
- c) Fala.
- d) Redes.
- e) Região.

97. No Word, no menu Propriedades, localizado no lado direito da tela do menu Arquivo/Informações NÃO é possível:

- a) verificar o tamanho do documento.
- b) verificar a quantidade de palavras do documento.
- c) verificar a quantidade de páginas do documento
- d) verificar a quantidade de caracteres do documento.
- e) verificar o tempo total de edição do documento.

98. Um servidor deseja enviar uma mensagem para todos os outros servidores que participarão de um cumprimento junto com ele, mas não deseja que eles saibam que o chefe também receberá a mesma msg. Dessa forma, o email do chefe deve estar no campo:

- a) Anexo.
- b) Assunto.
- c) CC.
- d) CCo.
- e) Para.

99. Sobre o Google Chrome é incorreto afirmar:

- a) Utiliza a busca case sensitive por padrão.
- b) Possibilita a busca de elementos por cores.
- c) Permite ativar ferramentas de proteção a navegação como antiphishing.
- d) Possibilita o armazenamento de senhas.
- e) Disponibiliza operadores que podem ser usados para reduzir a busca ao mais próximo possível do que o usuário deseja.

100. Um agente leu uma reportagem que continha uma aviso de uma empresa <http://www.nossojeito.log.br> , ele pode deduzir então que é um domínio do tipo:

- a) Transportes e Logística
- b) Pequenas e micro-empresas.
- c) Atividades comerciais.
- d) Segurança
- e) Aplicativos.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
